



**A Casa Branca está derrubando o muro entre a Igreja e o Estado**

*The New York Times*

Susan Jacoby

05/07/2018

Muitos americanos ficaram chocados na semana passada quando o Procurador Geral Jeff Sessions recorreu à Bíblia - especificamente, a epístola de Paulo aos Romanos - para justificar a política do Presidente Trump de separar as crianças migrantes de seus pais. Essa justificativa bíblica para uma decisão política não deveria ter surpreendido ninguém, porque a administração do Sr. Trump tem tratado consistentemente a separação da igreja e do estado como uma forma de heresia e não como um valor americano estimado.

Os ataques ao muro de separação estabelecido pelos fundadores - que a direita religiosa gosta de chamar de "uma mentira da esquerda" - não são novidade. O que mudou sob o Sr. Trump é a desproporcional dívida política que ele tem com os conservadores religiosos extremos, cujas opiniões sobre as questões do estado da igreja - que vão desde a importância da educação pública secular até os direitos das mulheres e dos gays - estão muito distantes do mainstream americano.

O próprio significado das frases "liberdade religiosa" e "liberdade religiosa" - tradicionalmente entendida como referindo-se ao direito dos americanos de praticar a fé que quiserem ou não tiverem fé - está sendo alterado para significar que o governo deve promover uma relação mais próxima com aqueles que querem misturar sua fé cristã com os dólares dos contribuintes. Este uso pode ser encontrado em inúmeras ordens executivas e discursos do Sr. Trump e de seus membros do gabinete. Mudanças na linguagem têm conseqüências, como o sucesso da substituição do direito religioso de "pró-vida" por "anti-aborto" há muito demonstrou.

Questões relacionadas à religião, especialmente se enterradas em longos documentos governamentais, podem muitas vezes parecer obscuras, mas dominaram as notícias no final de junho, quando a Suprema Corte manteve a proibição de viagens do Sr. Trump para países muçulmanos majoritários e derrubou a exigência da Califórnia de que as clínicas de gravidez com licença estatal anti-aborto notificassem

suas clientes de que o aborto é uma opção. Essas decisões significativas foram imediatamente ofuscadas pela aposentadoria do eleitor Anthony M. Kennedy, que agora dá ao Sr. Trump a oportunidade de nomear um conservador religioso previsível que muito provavelmente apoiaria a derrubada do Roe v. Wade.

Embora seja impossível exagerar a importância a longo prazo da próxima nomeação para a corte, o Sr. Sessions e muitos de seus colegas de gabinete oferecem exemplos dos perigos diários de enredar a religião com a política. A citação do Sr. Sessions do versículo de abertura de Romanos 13, que declara que toda alma deve estar "sujeita às autoridades governantes" e que não há "nenhuma autoridade além daquela que Deus estabeleceu", inflamou um debate já amargo sobre imigração.

A assessora de imprensa da Casa Branca, Sarah Huckabee Sanders, deu seguimento com um lembrete de que era "muito bíblico" fazer cumprir a lei. Nenhuma das duas passou a citar o versículo da epístola que proclama: "O amor não faz mal ao próximo; portanto, o amor é o cumprimento da lei".

Muitos líderes religiosos pró-imigração, incluindo católicos, protestantes, judeus e muçulmanos, tomaram de assalto a justificação bíblica para uma política que dificilmente poderia ser descrita como amorosa. Suas objeções, no entanto, foram baseadas principalmente na idéia de que o Sr. Sessions havia escolhido o verso errado.

Foi deixado às organizações seculares a identificação de todas as racionalizações religiosas como o problema fundamental. O Center for Inquiry, um think tank secular, e a Freedom From Religion Foundation, em cujos conselhos honorários eu sirvo, emitiram fortes condenações - assim como os americanos United for Separation of Church and State. Rachel Laser, presidente da organização Americans United, colocou isso de forma sucinta: "A separação da Igreja e do Estado significa que não baseamos a política pública na Bíblia ou em qualquer livro religioso."

E, no entanto, os funcionários da administração Trump têm usado interpretações bíblicas fundamentalistas para apoiar tudo, desde a desregulamentação ambiental até a redução de impostos.

Scott Pruitt, que se demitiu do cargo de chefe da Agência de Proteção Ambiental em desgraça na quinta-feira, saiu com uma carta que usava repetidamente a palavra "abençoado" para descrever seu serviço. O Sr. Pruitt, ex-conselheiro do Seminário Teológico Batista do Sul, afirmou (enquanto ainda tinha um emprego) em entrevista à Rede Cristã de Radiodifusão que os americanos que querem padrões ambientais mais rígidos estão contradizendo a Bíblia. Ele disse: "A cosmovisão bíblica com relação a essas questões é que temos a responsabilidade de administrar e cultivar, colher os recursos naturais com os quais fomos abençoados para abençoar verdadeiramente os nossos semelhantes". A manchete trinchada recontando a entrevista no Baptist News foi lida: "Deus quer que os humanos usem gás natural e petróleo, não 'mantenham-no no chão', diz chefe da E.P.A.".

Muitos cristãos evangélicos não compartilham de tais fantasias teocráticas. Esses evangélicos, como o ex-presidente Jimmy Carter, são descendentes espirituais de Roger Williams, que foi banido da teocracia puritana da Colônia da Baía de Massachusetts e fundou a primeira congregação batista na América colonial. Williams também é creditado como a primeira pessoa a usar a frase "muro de separação", numa resposta de 1644 ao teocrático clérigo Puritano John Cotton. (Deve haver um "muro de separação entre o jardim da igreja e o sertão do mundo", escreveu ele). Thomas Jefferson usou a expressão em uma famosa carta de 1802 para uma congregação batista em Danbury, Conn.

Williams é uma figura inconveniente para o direito religioso de hoje, que afirma que o único propósito do "muro de separação" era proteger a religião do governo - não o governo da religião. Isso era verdade no início da América colonial, mas o outro lado da equação foi bem compreendido quando a Constituição - que nunca menciona Deus e proíbe explicitamente todos os testes religiosos para cargos públicos - foi escrita. As destrutivas guerras religiosas na Europa do século XVII, entre outros fatores, levaram muitos americanos a perceber que os governos poderiam, de fato, ser ameaçados por uma identificação próxima com a religião.

Os indicados do Presidente Trump parecem não se preocupar se as declarações elogiando a piedade de misturar religião e política ofenderão os seculares e muitos religiosos americanos.

Ben Carson, o secretário de habitação e desenvolvimento urbano e um devoto Adventista do Sétimo Dia, descreveu o compromisso com a separação da igreja e do estado como "porcaria", motivado pelo "politicamente correto".

Em uma reunião de gabinete em dezembro, o Sr. Carson foi convidado pelo Sr. Trump a fazer uma oração agradecendo a Deus pela recém aprovada lei de redução de impostos. O Sr. Trump também deu um soco na piscina da imprensa e disse: "Você precisa da oração mais do que eu, eu acho". Falando com Mr. Carson, ele acrescentou: "Talvez uma boa oração e eles serão honestos, Ben". Mr. Carson respondeu agradecendo ao Todo-Poderoso por um presidente "corajoso".

O Sr. Sessions assumiu uma missão maior no Outono passado, quando enviou um memorando de 25 páginas sobre "protecção da liberdade religiosa" a todas as agências federais. Advertiu que o governo "não pode excluir as organizações religiosas enquanto tais dos programas de ajuda secular, pelo menos quando a ajuda não está a ser utilizada para actividades explicitamente religiosas, como o culto ou a proselitismo".

Andrew Seidel, advogado da Freedom From Religion Foundation, observa que embora seja difícil saber o que isso significará na prática, "é um convite - mas que carrega grande autoridade - para ir cada vez mais longe na redução da distância entre a igreja e o Estado".

Por último, mas não menos importante, a Secretária da Educação Betsy DeVos. A Sra. DeVos, criada como uma calvinista rigorosa, dedicou grande parte da sua vida a promover escolas privadas e religiosas em detrimento da educação pública. Ela está particularmente orgulhosa pelo facto de a factura fiscal do ano passado ter alargado as contas poupança da educação, conhecidas como 529, de modo a que possam agora ser utilizadas para pagar escolas privadas, a começar pelo jardim-de-infância.

Em Maio, DeVos visitou Nova Iorque, que possui o maior sistema escolar público do país. Ela não inspeccionou uma única escola pública. Em vez disso, passou por duas escolas ortodoxas judaicas e falou numa angariação de fundos, onde foi apresentada pelo Cardeal Timothy Michael Dolan. Na sua intervenção, manifestou o seu apoio aos créditos fiscais para ajudar a pagar as propinas das escolas privadas.

Embora aplauda as iniciativas estatais para ajudar estas escolas, a Sra. DeVos opõe-se a qualquer programa federal que crie uma nova burocracia. Isso não é suficiente para o Cardeal Dolan, que quer dinheiro federal (presumivelmente porque sabe que é pouco provável que Nova Iorque desvie mais dólares dos contribuintes para escolas privadas).

"Alguns Estados vão precisar de mais orações e mais acções do que outros para provocar as mudanças necessárias", reconheceu DeVos.

Como alguém que acredita que a separação da Igreja e do Estado proporciona a protecção igualmente necessária para o governo em relação à religião e para a religião em relação ao governo, estou grato por as leis falarem mais alto do que as orações - e demorem mais tempo a fazer artesanato neste plano terreno.

<https://www.nytimes.com/2018/07/05/opinion/sunday/church-state-supreme-court-religion.html>

Traduzido pelo DeepL Translate